

800 QUESTÕES

CESGRANRIO



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



CESGRANRIO

800 Questões Gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	77

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	32

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	28

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	33

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	31

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	27

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	30

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	31



1. (CESGRANRIO - 2024)

A Bela e a Fera

Um dos desejos de minha infância foi habitar um palácio como o da Bela e da Fera, evidente que sem a Fera. Tinha tudo do bom e do melhor naquele palácio. As luzes se acendiam à passagem da moça, a mesa estava posta, havia solidão e silêncio, ninguém enchia o saco dela, a Fera providenciava tudo e ainda fazia o favor de não aparecer, não queria assustá-la.

Eu imaginava um palácio mais modesto, seria a minha própria casa, apenas com um acréscimo: em todas as paredes haveria umas torneirinhas que despejariam guaraná no meu copo. Eu era louco por guaraná, ficava triste quando tomava um, confinado numa garrafa banal, que mal dava para encher um copo.

Queria mais, e muito, daí que sonhava com torneiras em todas as paredes, bastava abri-las e o guaraná geladinho jorraria para matar a minha sede e me tontear de prazer.

A injúria do tempo, somada ao desgaste dos anos, sepultou o delírio, mas fui fiel a ele, não tive outros pela vida afora. Esqueci a Bela e a Fera, o Palácio Encantado, as torneirinhas jorrando guaraná.

Eis que, deixando de ler historinhas infantis, de repente descobri um sucedâneo, bem verdade que às avessas: a internet. Ela não me deslumbra como os contos de Grimm e Perrault; pelo contrário, me aterroriza, mas tem alguma coisa de encantado. Toda vez que abro a caixa postal, é como se abrisse a torneirinha daquele palácio que a memória não esqueceu, mas a vida demoliu.

Não recebo o guaraná mágico para matar minha sede e me tontear de prazer. Recebo mensagens propondo regimes de emagrecimento, oferecem-me terrenos que não quero comprar e viagens que não pretendo fazer. Vez ou outra, pinga uma gota de afeto – mal dá para encher o copo e embromar a sede.

Ouvi dizer que a internet está na Idade da Pedra, mais um pouco ela poderá me dar mais e melhor. Um dia abrirei o computador e terei o guaraná que não mereço.

CONY, Carlos Heitor. *Crônicas para ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p.29-30. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1201200606.htm>.

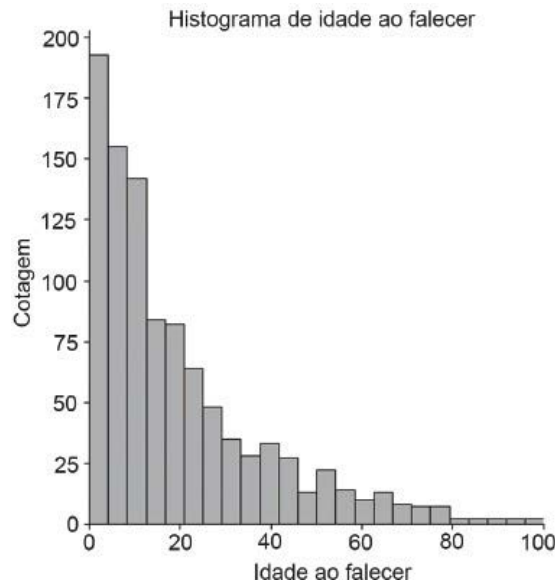
Acesso em: 8 fev. 2024. Adaptado.

No trecho do parágrafo 2 “em todas as paredes **haveria** umas torneirinhas que **despejariam** guaraná no meu copo.”, as formas verbais destacadas em negrito expressam a noção de

- (A) dever
- (B) desejo
- (C) certeza
- (D) obrigação
- (E) necessidade

**1. (CESGRANRIO - 2024)**

O Instituto de Geografia e Estatística de determinado país, interessado em estudar a expectativa de vida da população desse país, levantou dados sobre a idade ao falecer de uma amostra aleatória de pessoas já falecidas. O histograma a seguir consolida a distribuição desses dados.



Considerando-se que a distribuição da idade ao falecer não tenha se alterado entre o início da coleta dos dados e o momento da análise, a fração da população que vive mais do que o tempo de vida médio da população é

- (A) menor do que 50%
- (B) igual a 50%
- (C) maior do que 50%, mas menor ou igual a 75%
- (D) maior do que 75%, mas menor ou igual a 90%
- (E) maior do que 90%



1. (CESGRANRIO - 2023)

Um colaborador de uma empresa precisa restaurar uma versão específica de um documento que está sendo editado no aplicativo Word do Microsoft Office 365.

Para verificar as versões do documento que estão disponíveis para a restauração, o colaborador deve selecionar o menu

- (A) Arquivo, escolher a opção *Histórico* e selecionar a opção *Controle de Versões*.
- (B) Arquivo, escolher a opção *Sobre* e selecionar a opção *Controle de Versões*.
- (C) Arquivo, escolher a opção *Informações* e selecionar a opção *Histórico de Versões*.
- (D) Revisão, selecionar a opção *Controlar Alterações* e selecionar a opção *De todas as Pessoas*.
- (E) Revisão, selecionar a opção *Controlar Alterações* e selecionar a opção *Somente as Minhas*.

2. (CESGRANRIO - 2023)

Um recurso bastante comum em editores de texto, como o Word da Microsoft, é poder associar um estilo a um trecho de texto. Dois estilos muito comuns são denominados “Normal” e “Título”.

Uma característica desses estilos em um documento Word é que eles

- (A) afetam a orientação da página (retrato ou paisagem).
- (B) definem o tamanho das margens do documento.
- (C) determinam aspectos de formatação de texto, como, por exemplo, qual a fonte e o seu tamanho.
- (D) funcionam apenas em parágrafos inteiros do documento.
- (E) podem ser usados apenas uma vez em um documento.

3. (CESGRANRIO - 2022)

Suponha que você precise preparar um relatório no Microsoft Word no formato horizontal.

Ao configurar o *layout* do documento, que estilo de página você deve utilizar?

- (A) Padrão
- (B) Paisagem
- (C) Galeria
- (D) HTML
- (E) Index



1. (2024)

Sobre os conceitos de povo, nação e população, assinale a alternativa correta.

- (A) No conceito de povo incluem-se, além dos natos e naturalizados, os estrangeiros e os apátridas.
- (B) Povo é o conjunto de indivíduos, ligados a um determinado território. São as pessoas titulares de direito político.
- (C) No conceito de população estão incluídos os apenas os brasileiros natos e naturalizados.
- (D) Nação é mera expressão numérica, demográfica ou econômica que não revela o vínculo existente entre a pessoa e o Estado
- (E) Povo é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pelos ideais e aspirações comuns.

2. (2022)

Considere os seguintes itens:

- I. a soberania.
- II. a plenitude de defesa.
- III. o pluralismo político.
- IV. a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

3. (2023)

Ana, Inês e Bruna realizaram um debate científico a respeito da denominada eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Ana observou que essa eficácia é sempre indireta, exigindo a intermediação legislativa para indicar as situações em que deve ocorrer. Inês, por sua vez, observou que somente é possível se falar em eficácia horizontal quando o particular, contra o qual é oponível o direito, for equiparado ao Estado. Bruna, por sua vez, afirmou que é errado segmentar a eficácia dos direitos fundamentais no plano horizontal, o que decorre da indivisibilidade que caracteriza essa espécie de direito, que não pode deixar de produzir efeitos idênticos em qualquer plano.

À luz dos aspectos que têm caracterizado a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, é **correto** concluir, em relação às afirmações de Ana, Inês e Bruna, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) todas estão erradas;
- (C) apenas a afirmação de Inês está certa;
- (D) apenas a afirmação de Bruna está certa;
- (E) apenas as afirmações de Ana e Inês estão certas.

**1. (CESGRANRIO - 2024)**

Ao visualizar um amigo de infância na longa fila dos guichês de atendimento na agência bancária, um técnico bancário que realizava atendimentos por ordem de senhas pede que seu amigo ultrapasse os demais clientes para que seja desde logo atendido. De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública, o comportamento do técnico bancário

- (A) viola o princípio da publicidade.
- (B) viola o princípio da moralidade.
- (C) viola o princípio da hierarquia.
- (D) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.
- (E) está em conformidade com o princípio da eficiência

2. (CESGRANRIO - 2024)

Disposto a agradar a família de sua noiva, um engenheiro de uma instituição pública federal aprova, em visita técnica, a instalação de uma agência bancária em imóvel de propriedade de seu futuro sogro, a ser alugado e impróprio para essa finalidade. De acordo com os princípios da Administração Pública, a conduta do engenheiro

- (A) está em conformidade com o princípio da eficiência.
- (B) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.
- (C) viola o princípio da hierarquia.
- (D) viola o princípio da impessoalidade.
- (E) viola o princípio da legalidade

3. (CESGRANRIO - 2024)

Não vislumbrando riscos aparentes na obra de reforma de uma agência bancária, o engenheiro de uma instituição federal, em visita técnica ao local, a fim de agilizar o cronograma de execução da obra e reduzir custos, resolve dispensar os operários de utilizar os equipamentos obrigatórios de segurança, em razão do enorme calor que assolava o bairro e atrasava sobremaneira o andamento dos trabalhos.

De acordo com os princípios da Administração Pública, a conduta do engenheiro

- (A) está em conformidade com o princípio da eficiência.
- (B) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.
- (C) viola o princípio da hierarquia.
- (D) viola o princípio da impessoalidade.
- (E) viola o princípio da legalidade.



1. (CESGRANRIO - 2023)

Existem várias formas de identificação de produtos, dentre elas o código de barras, que é um sistema de identificação que consiste na

- (A) impressão gráfica de barras nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.
- (B) impressão gráfica de números nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.
- (C) impressão gráfica de letras nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.
- (D) impressão gráfica de figuras nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.
- (E) colagem de letras e de números nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.

2. (CESGRANRIO - 2024)

Qual é o principal aspecto da tecnologia de *blockchain* aplicada à logística?

- (A) Diminuição da importância da segurança de dados
- (B) Aumento da complexidade nas transações comerciais
- (C) Transparência e segurança aprimoradas nas transações
- (D) Redução na velocidade de processamento de transações
- (E) Aumento da necessidade de intermediários no processo de verificação

3. (CESGRANRIO - 2024)

Como a legislação influencia a logística reversa?

- (A) Limitando importações de difícil reciclagem.
- (B) Regulando o setor bancário, financeiro e de seguros.
- (C) Impondo regulamentações que exigem a participação das empresas em programas de logística reversa.
- (D) Normatizando currículos e qualificação dos professores.
- (E) Encorajando a produção de embalagens de uso único para facilitar o descarte.

4. (CESGRANRIO - 2022)

O diretor de uma cadeia de lanchonetes X se associou à empresa de transporte Y, que o atende, em busca de aumentar, conjuntamente, a sustentabilidade de suas operações. Assim, os caminhões que levam os alimentos para as lanchonetes X passaram a recolher o óleo utilizado nas cozinhas das lanchonetes, encaminhando-o para uma usina que transforma o óleo usado em biocombustível, que é utilizado para abastecer os veículos da empresa de transporte Y.

Nesse caso, observa-se que as empresas X e Y desenvolveram juntas uma técnica baseada nos princípios de

- (A) desnatamento
- (B) desintegração
- (C) logística reversa
- (D) integração horizontal
- (E) deseconomia de escala

**1. (2026)**

Em uma hipotética comunidade alegadamente religiosa, pais e mães passaram a manter relações sexuais consentidas com os próprios filhos, maiores de idade, seguindo orientação do pseudolíder religioso, o qual pregava que tal prática geraria descendentes supostamente puros e levaria à evolução da raça humana. Diante da evidente comoção social gerada, foi aprovada lei penal criminalizando tal conduta, a qual não apresenta qualquer vício de constitucionalidade.

Com base no contexto hipotético e em consonância com os princípios do Direito Penal, é correto afirmar que, de acordo com o princípio da

- (A) dignidade da pessoa humana, tal lei ofende a liberdade individual e a liberdade de culto.
- (B) legalidade, tal lei não poderá sancionar as relações sexuais praticadas antes de sua vigência.
- (C) taxatividade em matéria penal, tal lei não há de ser aplicada, tendo em vista ter sido criada em momento de comoção social.
- (D) anterioridade, tal lei apenas poderá sancionar as relações sexuais praticadas após sua publicação, independentemente de sua vigência.
- (E) individualização da pena, a lei poderia estabelecer duas sanções penais diversas, diferenciando os fatos praticados antes e após sua vigência.

2. (2024)

Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

1. Princípio da legalidade
2. Princípio da intervenção mínima
3. Princípio da culpabilidade
4. Princípio da humanidade

() Este princípio também é chamado de ultima ratio, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

- () De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal.
- () A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.
- () São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 4 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.

**1. (2025)**

Em relação aos princípios constitucionais e informadores do processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) A ação penal privada subsidiária da pública tem previsão constitucional e visa assegurar ao Ministério Público a possibilidade de exercer a pretensão punitiva quando, nos casos de ação penal privada, houver inércia do ofendido.
- (B) Como consectário da dignidade da pessoa humana, em nenhuma hipótese o civilmente identificado pode ser submetido à identificação criminal.
- (C) A CF determina que o preso deverá ser informado do direito de permanecer calado e assegura-lhe, entre outras garantias, a assistência da família e de advogado, conferindo a ele, ainda, o direito à identificação da pessoa responsável por sua prisão ou seu interrogatório.
- (D) A garantia da inviolabilidade domiciliar é ressalvada nas hipóteses de determinação judicial e de flagrante delito, desde que, em ambos os casos, o ingresso não consentido ocorra durante o dia.
- (E) A CF prevê o tribunal do júri como órgão competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assegurando-lhe o sigilo das votações, a ampla defesa e a soberania dos veredictos.

2. (2024)

Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

I. O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.

II. O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.

III. O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

3. (2023)

O princípio da confiança no juiz da causa é

- (A) princípio que está em consonância com o processo acusatório ao exigir que o juiz se abstenha de servir no processo quando houver incompatibilidade ou impedimento legal.
- (B) suposto princípio que viola o dever de motivação e fundamentação das decisões judiciais, sendo invocado nos casos em que resta ausente suporte adequado na decisão impugnada.
- (C) princípio que, à semelhança do princípio do duplo grau de jurisdição, está previsto expressamente na Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Estado Brasileiro é signatário.

**1. (2026)**

Marcos, com 17 anos de idade, é estudante universitário e foi aprovado em concurso público municipal, passando a ocupar cargo de auxiliar administrativo, com vínculo efetivo. Com o salário que recebe, mantém-se financeiramente sem auxílio dos pais. Seus pais, visando a apoiá-lo no desenvolvimento profissional, lavraram instrumento público autorizando-o a administrar um comércio eletrônico próprio, no qual ele atua regularmente.

Meses depois, Marcos celebrou contrato de financiamento com instituição financeira para aquisição de equipamentos destinados ao seu negócio. O contrato não contou com a assinatura dos pais. Após o inadimplemento, o banco ajuizou ação de cobrança. A defesa sustenta que Marcos não poderia celebrar o contrato sozinho, pois o instrumento público de autorização não lhe confere plena capacidade civil.

Com base nas normas do Código Civil, é **correto** afirmar, em relação a essa situação hipotética, que:

- (A) o contrato é anulável, pois Marcos é relativamente incapaz em razão da idade e a autorização dos pais não convalida o negócio;
- (B) Marcos é plenamente capaz para celebrar o contrato, pois o exercício de emprego público efetivo constitui hipótese de emancipação legal;
- (C) o contrato é nulo, pois a autorização lavrada por instrumento público não supre a incapacidade relativa, sendo insuscetível de convalidação mesmo se Marcos tiver economia própria;
- (D) Marcos é relativamente incapaz, mas o contrato é válido, porque a autorização para administrar comércio eletrônico supre a assistência para a realização de atos correlatos ao negócio;
- (E) Marcos é relativamente incapaz, pois o instrumento público de autorização dos pais, embora constitua forma de emancipação voluntária, não gera capacidade plena para atos de natureza financeira.

2. (2026)

Carlos era tripulante de uma embarcação que naufragou durante uma forte tempestade em alto-mar. Após o acidente, vários corpos foram encontrados, mas Carlos jamais foi localizado. Passados alguns meses sem qualquer notícia sobre seu paradeiro, sua família buscou orientação jurídica sobre a possibilidade de reconhecimento de sua morte para fins sucessórios.

À luz do Código Civil, a morte presumida

- (A) somente pode ser declarada após o procedimento completo de ausência, com abertura da sucessão definitiva.
- (B) pode ser declarada sem decretação de ausência quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (C) sem decretação de ausência depende do transcurso do prazo mínimo de cinco anos de desaparecimento.
- (D) somente pode ser declarada após a abertura da sucessão provisória dos bens do desaparecido.
- (E) exige necessariamente a prévia decretação judicial de ausência.

**1. (2024)**

O direito fundamental ao contraditório é pilar fundador do Estado Democrático de Direito. Com efeito, a possibilidade de se manifestar no curso do processo é essencial à tutela de direitos em juízo.

Sobre tal direito, assinale a alternativa **correta**.

(A) Segundo o Código de Processo Civil, todas as hipóteses de concessão de tutela provisória da evidência dispensam o contraditório prévio.

(B) O direito ao contraditório deve ser promovido pelas partes, individual e conjuntamente, podendo ser dispensada a atuação do juiz em zelar pelo efetivo contraditório.

(C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(D) Na acepção do Código de Processo Civil, o contraditório em seu aspecto formal é assegurado, não havendo exigência de atendimento ao contraditório substancial, o qual dependerá de decisão judicial específica.

(E) Como regra, o contraditório poderá ser postergado pelo juiz, cabendo às partes se manifestar após a decisão judicial, em nome da duração razoável do processo.

2. (2024)

Acerca do disposto no Código de Processo Civil, considere as seguintes assertivas:

“I - O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.”

“II - Os processos em que a Fazenda Pública seja parte se constituem em exceção à regra de que os juízes e os tribunais devem atender, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão”.

“III - É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado”.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

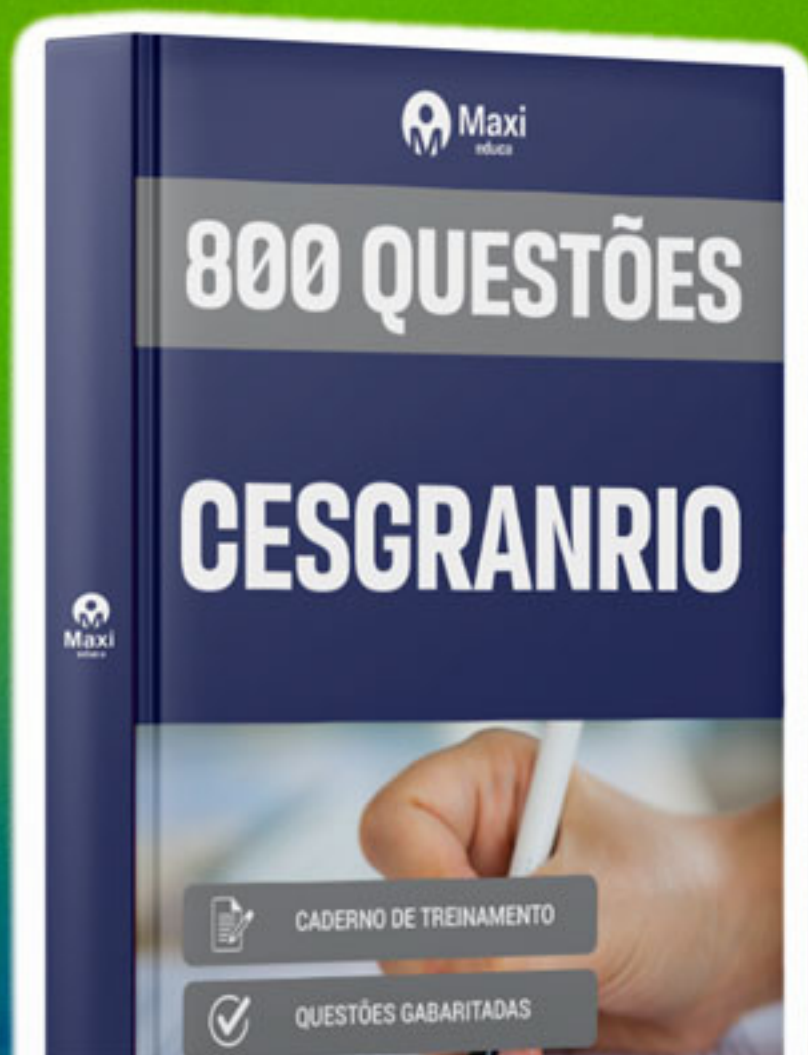
(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, apenas.

(E) II, apenas.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!